

De quem estamos falando?

Indígenas residentes no Rio de Janeiro
segundo o Censo Demográfico de 2010

Who are we talking about? Indigenous
people living in Rio de Janeiro
according to the 2010 Demographic
Census

MARDEN BARBOSA DE CAMPOS

Doutor em Demografia pela Universidade Federal
de Minas Gerais (UFMG) e professor do Departamento
de Sociologia da UFMG
mardencampos@ufmg.br

MARCOS DAMASCENO

Bacharel em Direito e graduando em Ciências Sociais
pela UFMG
madamasceno@gmail.com

RESUMO: Os estudos sobre indígenas vivendo em cidades ganha impulso com a incorporação da categoria “indígena” como opção de resposta do quesito de cor ou raça dos censos demográficos brasileiros. Os resultados dos últimos censos têm mostrado uma presença significativa de indígenas vivendo em cidades de quase todo o País. São escassas, entretanto, análises dedicadas ao tema utilizando dados censitários. O presente artigo tem como foco os indígenas recenseados, no município do Rio de Janeiro, em 2010. Busca caracterizar essa população com base nas variáveis da pesquisa em suas dimensões sociodemográficas e espaciais. Além dos indígenas viverem em muitas cidades brasileiras, os resultados de nossa análise mostram que, no caso do Rio de Janeiro, eles habitam amplos espaços dessas cidades e distribuem-se por vários estratos sociais. Quase todos os bairros do Rio de Janeiro possuíam indígenas. Apesar de sua ampla distribuição, esses números mostram que eram uma população bastante rarefeita. Os perfis analíticos construídos mostram que o Censo captou, na categoria indígena, um grupo muito heterogêneo de indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: Indígenas. Rio de Janeiro. Censo Demográfico.

ABSTRACT: The studies on indigenous living in cities gained momentum with the incorporation of the “indigenous” category as an option to answer the question of color or race of Brazilian demographic censuses. The results of the last censuses have shown a significant presence of indigenous people living in cities throughout most of the country. However, there are few analyzes dedicated to the subject using census data. The present article focuses on the Indians registered in the city of Rio de Janeiro in 2010. It seeks to characterize this population based on the variables of the research in its sociodemographic and spatial dimensions. Besides the Indians living in many Brazilian cities, the results of our analysis show that, in the case of Rio de Janeiro, they inhabit large spaces of these cities and are distributed by various social strata. Almost all the districts of Rio de Janeiro had Indians. Despite their wide distribution, these figures show that they were a very rarefied population. The constructed analytical profiles show that the Census would be capturing in the indigenous category a very heterogeneous group of individuals.

KEYWORDS: Indigenous. Rio de Janeiro. Demographic Census.

Introdução

Os estudos sobre indígenas vivendo em cidades ganha impulso com a incorporação, a partir de 1991, da categoria “indígena” como opção de resposta do quesito de cor ou raça dos censos demográficos brasileiros. Os resultados dos últimos censos têm mostrado uma presença significativa de indígenas vivendo em cidades de quase todo o País. São escassas, entretanto, análises dedicadas ao tema utilizando dados censitários.

Embora o percentual de indígenas residentes em áreas urbanas, em 2010, tenha diminuído em relação ao captado pelo Censo 2000, de 51% para 39% dos indígenas, ainda assim, 315 mil indígenas foram recenseados nesses espaços. É importante destacar que, em 2010, cerca de metade dos indígenas residentes em áreas urbanas não tinham nascido nos municípios em que residiam, o que mostra o papel preponderante da migração na vida dos indígenas urbanos.

O presente artigo tem como foco os indígenas recenseados no município do Rio de Janeiro em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Busca-se caracterizar essa população com base nas variáveis da pesquisa em suas dimensões sociodemográficas e espaciais. Dá-se destaque, nesse sentido, à composição dos domicílios dos indígenas, a seu local de nascimento, a renda e alfabetização, além de suas distribuições pelos bairros do município. Para isso, adotamos uma perspectiva relacional, contrapondo, em um primeiro momento, os indígenas aos indivíduos classificados em outras categorias de cor ou raça. Em seguida, será feita a diferenciação dos indígenas entre si, a partir de tipologias que combinam seus padrões de coabitação e migração.

Outro objetivo de nosso estudo é investigar quais perfis de indígenas têm sido captados por pesquisas domiciliares de escopo amplo como os censos demográficos. Apesar de uma das principais qualidades desse tipo de informação ser fornecer informações para espaços que não estão frequentemente na mira daqueles que estudam indígenas como grandes cidades ou regiões metropolitanas, não sabemos ainda quais indivíduos serão ou não serão capturados através desse tipo de procedimento de coleta. Nesse sentido, além da caracterização dos indígenas, propriamente ditos, busca-se avaliar o potencial da informação para estudo desse segmento populacional.

Os censos como ponto de vista sobre indígenas

Nas últimas décadas, os censos têm sido utilizados de forma cada vez mais frequente como fonte de dados para estudo de populações indígenas no Brasil (CALDAS et al., 2017; CAMPOS et al., 2017; RAUPP et al., 2017; WONG, 2016). São, inegavelmente, estatísticas importantes por sua representatividade nacional. Seus resultados, contudo, dificilmente são confrontados com outros tipos de estudos de natureza qualitativa, cujas diferenças são, quase sempre, significativas.

Nos estudos históricos ou etnográficos, geralmente delimita-se o objeto da pesquisa de forma previa para, apenas em seguida, serem produzidas informações a seu respeito. Embora isso também possa ser feito com base nos dados dos censos, o caminho metodológico comumente adotado é o oposto: parte-se da base de dados para tentar — após as informações terem sido produzidas e divulgadas — entender quais indivíduos foram capturados (“estatisticamente capturados”). É sintomático que a pergunta título do texto de Santos e Teixeira (2011), em um editorial dos *Cadernos de Saúde Pública*, sobre “qual o indígena que emerge dos censos demográficos brasileiros?”, tenha sido feita após o censo ter sido realizado e seus resultados já estarem em processo de divulgação.

Se são justamente nos dados para áreas urbanas que os censos nos brindam com algumas de suas maiores novidades (OLIVEIRA, 2016), ao mesmo tempo são as regiões que nos colocam frente aos maiores desafios interpretativos.

Mesmo evitando adentrarmos nos intermináveis (e importantes) debates sobre unidades de análise privilegiada ou escolha adequada dos protocolos de pesquisa, acreditamos ser incontornável investir na problematização dos limites e potenciais dos dados censitários para estudo sobre indígenas no Brasil. Dois seriam então os caminhos que nos ajudariam a avaliar essas informações: compará-los com outras fontes de informação geradas para os mesmos segmentos populacionais — conforme experimentado por Estanislau (2014) e Simoni e Dagnino (2016)) — ou analisá-los “internamente”, fazendo uma leitura crítica de seus resultados.

As possibilidades de confrontação com estudos de outra natureza são limitadas, dado ao menor volume de conhecimento sobre indígenas que vivem nas cidades, comparativamente aos estudos realizados em terras indígenas ou ambientes rurais (MAGNANI; ANDRADE, 2013; NUNES, 2010) e às poucas áreas urbanas cobertas por estudos detalhados. Resta, assim, en-

frentar diretamente o aspecto mais problemático da operação, a saber, os impactos dos métodos de captação, utilizados pelo censo, na enumeração de indígenas e em sua caracterização.

De partida, somos levados a refletir sobre qual situação particular ou coletiva faz indivíduos serem classificados na categoria genérica “indígena” e quais são excluídos dessa classificação, respondendo uma pergunta sobre a cor ou a raça dos moradores do local que os censos rigidamente classificam como “domicílio” (resposta que pode ser dada tanto pelo próprio indivíduo como por outro morador do domicílio). Esse processo é realizado em rápidas entrevistas que cobrem todo o País em um curto período de tempo, geralmente entre 3 e 4 meses. Nas terras indígenas cadastradas nas bases do IBGE ainda haveria uma “segunda chance”, estatisticamente falando, dos indivíduos serem classificados como indígenas. Numa espécie de “pergunta de cobertura” feita para os que não foram declarados como indígenas nesses locais, foi perguntado se o indivíduo se considerava (ou era considerado pelo informante do domicílio) como indígena.

A única forma direta de se identificarem indígenas no município do Rio de Janeiro, que não possui nenhuma área indígena demarcada, é através da pergunta sobre cor ou raça. A simples enumeração das opções de resposta (branca, preta, parda, amarela ou indígena) já dá indícios de que pode haver omissão, confusão e sobreposição de respostas para um mesmo indivíduo.

Longe de desqualificar a informação, o debate em torno dos processos de construção da informação visa delimitar precisamente o objeto de que tratam essas informações, qualificando-as ainda mais enquanto instrumento de investigação. À medida que conhecemos a forma como foi produzida a informação, aumenta a nossa segurança de que ela se refere a algo cuja manifestação foi “capturada” por uma operação de coleta. Os conceitos que norteiam o desenho do questionário dos censos demográficos, contudo, são baseados em noções de indivíduos típicos, que muitas vezes se encontram distanciados da realidade em que vivem muitos povos indígenas em termos de habitação, mobilidade espacial, relações de parentesco, práticas religiosas etc. Conforme postulamos, embora os questionários dos censos sejam, a cada operação, mais sensíveis a formas de organização da vida de alguns povos indígenas, eles captarão melhor as características daqueles que mais se enquadram nas opções previamente definidas do questionário da pesquisa (CAMPOS; ESTANISLAU, 2016). Para os termos do presente artigo, que trata dos indígenas residentes em uma grande metrópole da região Sudeste, acredita-se que a aplicação dos questionários não tenha encontrado sérios

problemas de entendimento. O que não se sabe, entretanto, é a gama de fatores que influenciaram os moradores do Rio de Janeiro a classificarem a si mesmo ou aos outros moradores dos domicílios como indígenas.

No presente estudo, trabalhamos com uma perspectiva que confronta categorias extraídas do próprio censo. Será feita a contraposição dos indígenas com indivíduos classificados em outras categorias de cor ou raça para, em seguida, diferenciá-los entre si conforme seus padrões de coabitação e migração. Isso possibilitará avaliar o distanciamento ou aproximação entre indígenas e não indígenas, assim como a (dis)similaridade interna dessa população.

Caracterizando indígenas que vivem em cidades

A discussão seguinte, que costuma cumprir o papel de revisão da literatura “teórica” de textos científicos, adquire aqui a função de justificar o trato metodológico do objeto e também a seleção das variáveis de trabalho. Se buscamos um diálogo com essa literatura específica, ele caminha no sentido de auxiliar na construção do objeto a ser representado nos dados, e não de situar o presente estudo em determinada corrente de pensamento ou linha de estudo.

Nesse sentido, interessa-nos dialogar brevemente com o trabalho de Roberto Cardoso de Oliveira, o estudo sobre a “assimilação” dos Terena à sociedade nacional em meados do século XX. Não buscamos estabelecer um paralelo entre nossas análises e as realizadas pelo autor, cujo distanciamento temporal e disciplinar trar-nos-ia sérias complicações. Cientes do afastamento, gostaríamos de destacar¹ duas categorias analíticas que despontam desse estudo e que prestarão auxílio as nossas análises: algumas dimensões da vida dos indígenas num ambiente metropolitano (ou “sociedade de classes”) e o fato deles serem uma população nova nas cidades.

O primeiro desses pontos, que nos remete à vida nas grandes cidades, dialoga com parte daquilo que Oliveira (1968) chamou de “acomodação” dos indígenas num sistema de classes do tipo urbano. Fazendo paralelo com o “gradiente folk-urbano” proposto por Redfield (1953) cuja análise das transformações decorrente do encontro de “culturas” diferentes, analisa como determinados comportamentos são impactados no contato de sociedades urbanas e não urbanas, Oliveira faz a contraposição entre os indígenas e a sociedade nacional. A partir da confrontação de duas perspectivas disciplinares: sociológica versus antropológica. A primeira incide sobre o sistema de classes

e a segunda sobre o estudo dos sistemas de parentesco. Sendo esse último familiar à antropologia, é a primeira abordagem que se aproxima da que adotamos, dando o prisma eminentemente sociológico de nosso trabalho².

Não tratamos, desse modo, dos processos de integração ou contato entre indígenas e não indígenas, mas de uma dimensão específica da vida dos indígenas nas cidades: a de que, uma vez na cidade, o indivíduo será levado a agir de acordo com o modo de vida nelas vigente. Ou seja, independente da (não menos importante) manutenção de sistemas de parentesco ou de suas representações ou perspectivas particulares sobre esse processo, por exemplo, partimos do pressuposto de que os indígenas que vivem no município, sede de uma grande metrópole mundial como o Rio de Janeiro, precisavam adotar estratégias de vida similares às dos habitantes da cidade. Como exemplo, podemos citar formas de ocupação e deslocamento pelo espaço, estabelecimento de moradias e, principalmente, lançar mão de formas de trabalho remunerado e participação no processo de produção e aquisição de mercadorias. Parte importante de suas práticas cotidianas será típica do ambiente social citadino, práticas essas cujos censos demográficos são um instrumento especializado de aferição, ainda que não informem nada a respeito de outras dimensões valorativas. Mesmo em abordagens diametralmente opostas a aqui adotada — como, por exemplo em HORTA (2017) — afirma-se que o principal marcador da vida dos indígenas na cidade é o trabalho³, ocupação a que uma pessoa se dedica para conseguir dinheiro. Ainda que não haja “igualdade de interesses”, mas apenas de práticas, acredita-se ser possível discutir a partir dos rastros deixados por esta.

O objetivo dessa digressão é justificar a utilização de censos demográficos e suas variáveis para qualificar os indígenas com base em aspectos sociodemográficos que não foram originalmente elaborados para o estudo desse tipo de população. Embora possamos ter sérios problemas ao aplicar essa abordagem em terras indígenas ou áreas rurais, parte-se do pressuposto de que o prejuízo é pequeno no município do Rio de Janeiro⁴.

O segundo ponto destacado nos estudos de Roberto Cardoso de Oliveira e em estudos subsequentes (TEIXEIRA, 2008; TEIXEIRA; MAINBOURG; BRASIL, 2009) é a asserção de que os indígenas seriam “populações novas” nas cidades, ou seja, seriam majoritariamente imigrantes ou não naturais desses locais. Acreditamos que esse é um aspecto central na qualificação dos indígenas residentes em grandes cidades e os censos demográficos são uma fonte de informação privilegiada para estudo de migração, dada a amplitude da investigação e o nível de detalhamento das perguntas (CARVALHO;

RIGOTTI, 1998). No caso do município do Rio de Janeiro, cuja história está impregnada de relações com populações indígenas locais e de outras áreas do Brasil, a questão ganha ainda mais relevância.

Novamente é o afastamento das abordagens que destaca a centralidade de seus aspectos comuns, centrados nas formas (estratégias) de inserção dos indígenas nos espaços urbanos.

Feitas as ressalvas e considerações metodológicas, passamos em seguida para a apresentação dos resultados.

Indígenas residentes no município do Rio de Janeiro em 2010

Aspectos espaciais

Segundo os dados do universo do Censo Demográfico, referentes às entrevistas feitas em todos os domicílios do país, 6.779 residentes no município do Rio de Janeiro, em 2010, foram declarados como indígenas.

Esses indivíduos se distribuíam praticamente por todo o seu território. Dos 161 bairros existentes no município em 2010, apenas quatro não possuíam nenhum indígena. Vinte e seis bairros (16% do total) possuíam menos de 10 indígenas, 95 bairros (59%) tinham entre 10 e 50 indígenas, 19 bairros (12%) entre 50 e 100 indígenas e em 17 bairros (10,5%) havia mais de 100 indígenas. Em relação a esse último grupo, o qual consideramos como bairros com (relativamente) muitos indígenas, também verificamos um espalhamento por quase todas as subprefeituras do município, tanto em áreas onde residem classes sociais economicamente mais ricas como nas regiões mais pobres. Havia, pelo menos, uma centena de indígenas em Bangu, na Maré, em Santa Tereza, na Tijuca, em Jacarepaguá, em Botafogo, no Flamengo e em Copacabana, na Zona Sul, em Campo Grande, Santa Cruz e Paciência, na Zona Oeste, e, também, em Irajá, na Zona Norte. Estavam eles também no Centro e no Recreio dos Bandeirantes (TABELA 2).

Tratando de atributos individuais, a taxa de alfabetização dos indígenas (95,4%) foi próxima da média do município (95,8%). Esses percentuais mostram maior proximidade no Rio de Janeiro do que observado para o conjunto das áreas urbanas do Brasil, onde a taxa de alfabetização da população total foi de 91,4% e a dos indígenas de 87%.

A análise do rendimento também mostra que, quer adotemos o atributo individual/domiciliar (rendimento per capita do domicílio) quer sua dimensão espacial (rendimento médio do bairro) encontramos resultados semelhantes. A Tabela 1 mostra as diferentes categorias de cor ou raça do Censo (excluindo-se a amarela⁵) segundo a renda per capita dos indivíduos, enquanto na Tabela 2 é feita a comparação dessas mesmas categorias nos bairros que possuíam muitos indígenas.

TABELA 1: Distribuição percentual dos moradores do município do Rio de Janeiro por faixa de rendimento domiciliar per capita em salários mínimos, segundo categoria de cor ou raça – 2010.

FAIXA DE RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPTA (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)	COR OU RAÇA			
	BRANCA	PRETA	PARDA	INDÍGENA
Mais de 0 a 1	18,8	36,1	33,1	24,8
Mais de 1 a 2	26,4	37,0	36,9	31,2
Mais de 2 a 3	12,7	11,3	11,9	13,9
Mais de 3 a 5	14,3	8,3	9,2	12,7
Mais de 5	27,8	7,3	8,9	17,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, 2010.

Os indígenas e os brancos foram os que apresentaram menor concentração entre as faixas de renda selecionadas (menores desvios padrão, intervalos e medidas de curtose), sendo que os brancos estavam mais concentrados que os indígenas nas rendas mais altas (42% tem renda de mais de 3 salários mínimos, percentual que é de 30% para os indígenas. Os pretos e pardos estavam muito mais concentrados nas faixas de renda mais baixas (apenas 16% dos pretos e 18% dos pardos tinham renda de mais de 3 salários mínimos). Pelo menos um terço dos indivíduos dessas categorias de cor tinham rendimento inferior a 1 salário mínimo da época.

Tomando como referência outro aspecto da distribuição espacial, referente aos indivíduos que viviam em favelas (cuja denominação do IBGE, “aglomerado subnormal”, preferimos evitar) vemos que, enquanto 31% dos

pretos e 30% dos pardos viviam nesses locais, apenas 14% dos brancos e 20% dos indígenas lá habitavam.

O cruzamento das dimensões espaciais e econômicas traz resultados interessantes. Quando comparamos a renda média dos indivíduos por bairro segundo as categorias de cor ou raça, vemos que, em 46 bairros da cidade, os indígenas apresentavam a maior renda média entre todas as categorias de cor do bairro. Os brancos tinham a maior renda média em 112 bairros, os pretos em apenas 2 e os pardos em nenhum. Por outro lado, os brancos nunca tinham a menor renda de nenhum dos bairros, os indígenas a tinham em 40 bairros, os pardos em 16 e os pretos em 104 bairros.

Comparativamente a pretos e pardos, os indígenas apresentam renda maior do que os pretos em 114 bairros e menor em apenas 41. Com relação aos pardos, os indígenas apresentam renda maior em 106 bairros e menor em 48. Os indígenas só possuíam renda média maior do que os brancos nos 46 bairros em que eram os mais ricos moradores.

TABELA 2: número de indígenas residentes e rendimento nominal mensal médio do bairro por categoria de cor ou raça nos 17 bairros do município do Rio de Janeiro com mais de 100 indígenas residentes – 100.

BAIRRO	NÚMERO DE INDÍGENAS	VALOR DO RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, COM RENDIMENTO			
		COR OU RAÇA			
		BRANCA	PRETA	PARDA	INDÍGENA
Campo Grande	345	980,33	755,31	729,46	971,57
Bangu	229	773,67	631,26	599,58	648,24
Santa Cruz	216	639,38	498,07	475,39	630,09
Copacabana	208	3.535,79	1.745,81	1.974,47	2.527,73
Tijuca	169	2.827,15	1.180,76	1.624,48	3.260,98
Jacarepaguá	165	1.191,30	681,11	673,73	1.290,00
Centro	161	1.561,89	1.307,43	1.289,39	1.188,59
Taquara	156	1.376,06	929,10	953,44	1.002,51
Recreio dos Bandeirantes	148	3.149,81	1.319,35	1.432,88	1.451,18
Botafogo	142	3.550,64	1.730,96	2.189,15	2.522,04
Realengo	141	814,94	676,76	667,23	694,53
Santa Teresa	116	1.598,96	827,56	831,32	1.185,17
Maré	110	502,92	480,33	448,75	667,78
Paciência	105	571,05	507,76	463,50	633,72
Vila Isabel	101	2.188,56	1.193,49	1.180,39	1.802,95
Irajá	101	1.106,71	966,83	925,49	902,66
Flamengo	100	3.934,88	2.666,64	2.858,10	3.444,16

Fonte: IBGE, 2010.

Tratando apenas dos 17 bairros com pelo menos uma centena de indígenas (TABELA 2) vemos que em 4 deles (Tijuca, Jacarepaguá, Maré e Paci-

ência) os indígenas apresentavam o maior rendimento médio entre todas as categorias de cor. Apenas no Centro e em Irajá eles tinham a pior renda. Em todos os outros eles tinham a segunda maior renda média do bairro, ficando apenas atrás dos brancos e sempre na frente dos pretos e pardos.

Essa análise mostra que o valor elevado dos rendimentos médios reportado para indígenas não está relacionado a seu pequeno número nos locais selecionados (pequeno denominador), ou que valores extremos poderiam estar elevando a média da renda⁶.

Indígenas (entre) cariocas

Passemos agora à análise apenas dos resultados da amostra do Censo. Com base neles, o total de indígenas residentes no município do Rio de Janeiro foi de 5.980 indivíduos⁷. Em termos de composição dos domicílios, apenas 4,27% dos indígenas moravam sós. A metade morava em domicílios com 3 ou 4 moradores e 11% deles em domicílios com 6 ou mais moradores

Entre os que não moravam sós, 22% residiam em domicílios em que todos os moradores eram indígenas, aqui denominados domicílios “homogêneos”. Os outros 78% viviam em domicílios aos quais denominaremos de domicílios “mistos”, dado que os outros moradores tiveram a cor ou a raça declarada diferente de “indígena”. Esses percentuais aproximam-se dos observados para o restante das áreas urbanas do Brasil, onde 25% dos indígenas viviam em domicílios homogêneos e 75% em domicílios mistos.⁸

TABELA 3: Distribuição percentual dos indígenas residentes no município do Rio de Janeiro por grupo de idade, segundo tipo de domicílio – 2010.

IDADE	DOMICÍLIO		
	HOMOGÊNEO	MISTO	UNIPESSOAL
0-14 anos	15,2	9,8	0,0
15-29 anos	35,8	17,9	9,2
30-59 anos	36,9	48,5	52,2
>= 60 anos	12,1	23,8	38,6
Total	100,0	100,0	100,0

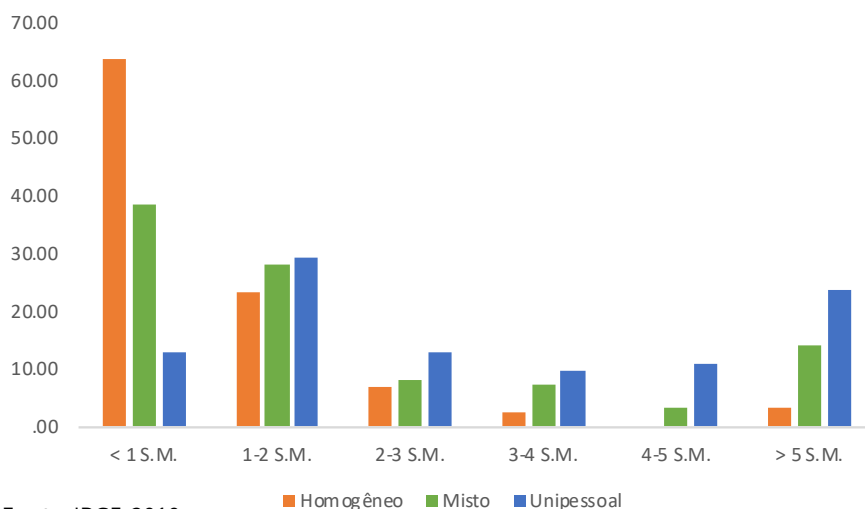
Fonte: IBGE, 2010.

Dos que moravam sós, pouco mais da metade (52%) tinham entre 30 e 59 anos de idade, e 38% tinham 60 anos ou mais de idade. Nenhuma criança com menos de 15 anos de idade foi declarada morando só (TABELA 3). A estrutura etária dos indígenas que viviam com indivíduos de outras categorias de cor ou raça (domicílios mistos) foi intermediária relativamente aos unipessoais, que tinham estrutura etária mais envelhecida, e aos homogêneos, que eram os mais jovens. Nos domicílios homogêneos, 15% dos indígenas tinham menos de 15 anos de idade e apenas 12% mais de 60 anos de idade.

Tratando da relação com o responsável pelos domicílios, nos domicílios homogêneos, 29% dos indígenas foram declarados como responsáveis pelo domicílio, 12% como cônjuges e 41% como filhos. Nos mistos, pouco mais da metade dos indígenas era responsável pelo domicílio, 22% cônjuges e apenas 14% filhos⁹.

Fazendo um paralelo com a renda, nos domicílios homogêneos estavam os indígenas em pior situação econômica, sendo que 64% dos indivíduos viviam com renda per capita inferior a 1 salário mínimo e apenas 6% com renda per capita superior a 3 salários mínimos (GRÁFICO 1). Os domicílios mistos encontravam-se novamente em uma situação intermediária e os unipessoais tinham rendas mais elevadas.

GRÁFICO 1: Distribuição percentual dos indígenas residentes no município do Rio de Janeiro por faixa de rendimento domiciliar per capita em salários mínimos, segundo tipo de domicílio – 2010.



Em relação à migração, 51% dos indígenas residentes no Rio de Janeiro não haviam nascido no município, enquanto 49% haviam nascido (5% destes já haviam morado fora e retornado). Os percentuais eram semelhantes aos encontrados para os indígenas residentes em áreas urbanas no Brasil como um todo, em que 49% não haviam nascido nos municípios e 51% sim.

As diferenças em relação à naturalidade foram marcantes com relação à idade. O percentual de migrantes (não-naturais) entre os indígenas do Rio de Janeiro foi crescente com a idade: 58% dos que tinham 20 anos de idade, 63% dos que tinham 30 anos, 75% daqueles com 50 anos e 92% dos que tinham 70 anos de idade. Entre as crianças com menos de 10 anos de idade, por outro lado, 91% haviam nascido no próprio município.

Acompanhando o perfil etário por tipo de estrutura do domicílio, vemos que 74% dos que viviam sozinhos nasceram fora do município. Esse percentual foi de 53% dos que viviam em domicílios mistos e apenas 33% daqueles que moravam em domicílios homogêneos.

No caso dos domicílios homogêneos, o percentual dos seus responsáveis nascidos fora do município foi de 53% e dos cônjuges 46%. O percentual dos filhos não naturais foi de apenas 4%.

No caso dos domicílios mistos, 65% dos responsáveis eram não naturais, assim como 53% dos cônjuges e 18% dos filhos. Interessante notar que os percentuais de emigrantes eram maiores nos domicílios mistos, em que indígenas migrantes formam domicílios com não indígenas naturais do município. Entre os indivíduos de outras cores ou raças que moravam nesses domicílios, 78% haviam nascido no Rio de Janeiro. Quando o responsável pelo domicílio era indígena, por exemplo, apenas 35% dos cônjuges (de outra cor) eram não naturais, e apenas 14% dos filhos.

Discussão

Os resultados dos últimos censos demográficos atestam a presença significativa de indígenas vivendo em cidades. Pouca reflexão, contudo, foi feita para entender quais indivíduos estão sendo captados por esse instrumento de investigação. A pergunta norteadora de nossas análises, presente no título do artigo, enfrenta diretamente essa questão. Buscamos uma aproximação para saber de quem estamos falando quando analisamos os dados do Censo Demográfico de 2010 para o Rio de Janeiro.

A partir de uma perspectiva duplamente relacional, comparamos, primeiramente, os indivíduos classificados como indígenas relativamente a outras categorias de cor ou raça. Em seguida, traçamos um panorama de seus arranjos domiciliares e migração.

Além dos indígenas viverem em muitas cidades brasileiras, os resultados de nossa análise mostram que, no caso do Rio de Janeiro, eles habitam amplos espaços dessas cidades e distribuem-se por vários estratos sociais.

Quase todos os bairros do Rio de Janeiro possuíam indígenas, sendo que 60% deles viviam entre 10 e 50 indígenas. Apesar de sua ampla distribuição, esses números mostram que eram uma população bastante rarefeita.

O censo estaria captando na categoria indígena um grupo muito heterogêneo de indivíduos. Corroborando o conhecimento gerado por outras fontes e diferentes métodos de investigação (OLIVEIRA, 1968; MAGNANI; ANDRADE, 2013; ESTANISLAU, 2014; HORTA, 2017), os dados atestam a elevada diversidade entre as populações indígenas do País também em ambientes urbanos

Os indígenas que viviam no Rio de Janeiro eram uma população altamente alfabetizada que, tanto em termos sociodemográficos quanto espaciais, situavam-se entre os brancos, melhor classificados pelas variáveis do censo, mas quase sempre acima de pardos e pretos, com os piores resultados nos indicadores analisados.

Foi encontrada elevada correspondência entre os resultados tanto na dimensão sociodemográfica quanto espacial. Isso nos remete à ênfase dada por Bourdieu (2013) aos processos de espacialização do social e socialização do espaço, onde o lugar ocupado por um agente no espaço físico constitui excelente indicador de sua posição no espaço social.

Em termos de coabitação, verificamos que poucos indígenas viviam sós, um quarto deles vivia em domicílios homogêneos em termos de cor ou raça dos moradores, e a maioria (70%) morava com indivíduos de outras cores ou raças.

Quanto à migração, observamos que é um atributo marcante daqueles com idade mais avançada. Entre as crianças e os mais jovens, quase todos nasceram no próprio município do Rio de Janeiro. Desponta, nesse sentido, um perfil de indígenas migrantes que formam domicílios com não indígenas naturais do município, cujos filhos nascem no município e, em muitos casos, foram classificados como indígenas.

Em termos tipológicos, os indígenas que moravam sozinhos eram mais velhos, economicamente mais ricos e com maiores percentuais de imi-

grantes. Os que viviam em domicílios homogêneos eram os mais jovens, com menor renda e maiores percentuais de naturais do município (ainda que o responsável pelo domicílio fosse migrante). Os que viviam em domicílios mistos formavam uma categoria sempre intermediária entre os três grupos analíticos construídos.

Considerações finais

As análises realizadas mostram que os indivíduos cuja “identidade estatística” era indígena se diferenciam fortemente entre si. Acreditamos que os dados censitários podem ser utilizados com proveito para estudos de populações indígenas em ambientes urbanos, embora sua maior virtude seja classificar os fenômenos sem, no entanto, descrevê-los em profundidade. Quem seriam, por exemplo, os grupos de indígenas (centenas deles) cuja renda média ultrapassava a dos brancos em vários bairros da cidade? Quais indivíduos permanecem sendo classificados como indígenas em domicílios cujo pai o a mãe não o foram, como no caso dos domicílios mistos? Por que os grupos de indígenas que viviam juntos em domicílios homogêneos distanciavam-se tanto dos indígenas que moram sós ou vivem com indivíduos de outra cor ou raça?

São todas perguntas difíceis cujas respostas, desafiadoras, apontam para a necessidade de aprofundamento analítico e incorporação de outras variáveis e fontes de comparação. A resposta à pergunta sobre etnia, por exemplo, não disponível nas bases de dados utilizadas, poderia ajudar no entendimento das diferenças encontradas. Por outro lado, estudos localizados podem ajudar a elucidar dimensões que os censos não conseguem acessar.

Conforme pontuamos, nos censos partimos do dado para identificar o grupo, ao contrário dos trabalhos com populações indígenas ou regiões específicas em que se parte do grupo para produzir o dado. Se lá já se sabe quem são os indivíduos e o desafio é de entendê-los, aqui é muito mais fácil sua caracterização do que saber quem realmente são.

Notas

1 Assumimos uma definição literal do termo “destacar” mais próxima a “descolar” ou “retirar de contexto” e mais distante de “frisar” ou “ênfatisar” seu uso numa abordagem.

2 Emprestamos o termo de Dal Poz (2003) em sua análise dos trabalhos de Roberto Cardoso de Oliveira sobre a predominância da abordagem sociológica do trato dado pelo autor na análise do contato interétnico. Ampara-nos nessa ousadia intelectual a asserção feita por Peirano (2013) de que, no aspecto disciplinar, a abordagem de Roberto Cardoso de Oliveira “pretende ser antropológica, mas é sociológica em termos intelectuais”.

3 Tomamos como ilustração uma citação literal de um estudo de caso da autora: “Independente da razão que leva o indígena do Parque Indígena do Xingu à cidade, quase sempre é preciso trabalhar para permanecer ali” (HORTA, 2017 p. 228).

4 Para uma discussão aprofundada sobre uso de dados demográficos para estudos de povos indígenas ver: Kukutai; Taylor (2016) e Axehold (2011).

5 A categoria foi excluída devido à rarefação de seu número e às dificuldades de interpretação dos seus resultados.

6 Corrobora esse fato a comparação da mediana das rendas, medida de tendência central que, diferente da média, não sofre influência de valores extremos. Apenas em Campo Grande, onde possuíam a segunda maior renda média, os indígenas passam a ter a maior mediana de todos. Na tijuca, ao invés da maior renda média, passam a ter a segunda maior mediana e em Irajá deixam a pior posição em termos de renda média para ter a terceira maior mediana. Nos demais bairros, as posições permanecem inalteradas.

7 A metodologia do Censo prevê, desde a década de 1960, a aplicação de um questionário expandido em uma amostra aleatória de domicílios. É estatisticamente aceitável que haja variações nos totais de algumas variáveis entre os resultados a amostra e do universo. Esse fato ocorre frequente em grupos com pequeno número populacional. As análises feitas na presente sessão só são possíveis com base na informação da amostra, única

disponibilizada no formato de microdados (dados individuais desidentificados).

8 Essa distribuição nas áreas rurais do Brasil era o inverso da encontrada nas áreas urbanas, com 82% de indígenas residindo em domicílios homogêneos e apenas 18% em domicílios mistos.

9 As demais categorias de relação com o responsável apresentaram valores residuais e, por isso, não foram citadas.

Referências bibliográficas

- AXELSSON, P.; SKÖLD, P. Introduction. In: **Indigenous Peoples and Demography: The Complex Relation between Identity and Statistics**. New York/Oxford: Berghahn, 2011.
- BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. São Paulo: Vozes. 2003
- CALDAS, A. D. R. et al. Mortalidade infantil segundo cor ou raça com base no Censo Demográfico de 2010 e nos sistemas nacionais de informação em saúde no Brasil. **CSP**, v. 33, n. 7, p. 1-13, 2017.
- CAMPOS, M. B. et al. Diferenciais de mortalidade entre indígenas e não indígenas no Brasil com base no Censo Demográfico de 2010. **CSP**, v. 33, n. 5, p. 1-6, 2017.
- CAMPOS, M. B.; ESTANISLAU, B. R. Demografia dos povos indígenas: os Censos Demográficos como ponto de vista. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 33, n. 2, Brasília, p. 441-449, 2016.
- WOOD, C.; CARVALHO, J. A. M. Categorias do censo e classificação subjetiva de cor no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 11, n. 1, Brasília, 1994.
- CARVALHO, J. A. M.; RIGOTTI, J. I. R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, n. 2, Brasília, p. 7-17, jul./dez. 1998.
- DAL POZ, J. A etnia como sistema: contato, fricção e identidade no Brasil indígena. **Sociedade e Cultura**, v. 6, n. 2, Goiânia-GO, p. 177-188, 2003.
- ESTANISLAU, B. R. **A eterna volta: migração indígena e Pankararu no Brasil**. 2014. Dissertação (Mestrado em Demografia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,

- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- HORTA, C. Indígenas em Canarana: notas cidadinas sobre a criatividade parque-xinguana. **Revista Antropologia**, v. 60 n. 1, São Paulo, p. 216-241, 2017.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**: Resultados do Universo. IBGE Rio de Janeiro 2010.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**: Resultados da Amostra. IBGE Rio de Janeiro 2010.
- KUKUTAI, T.; TAYLOR, J. (Eds.). **Indigenous data sovereignty**: toward na agenda. Canberra: Australian National University Press, 2016.
- MANANI, J. G. C.; ANDRADE, J. A. A. D. Uma experiência de etnologia urbana: a presença indígena nas cidades da Amazônia. In: AMOROSO, M. R.; SANTOS, G. M. **Paisagens Ameríndias**. Lugares, circuitos e modos de vida na Amazônia. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2013.
- NUNES, E. S. Aldeias Urbanas ou Cidades Indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. **Espaço Ameríndio**, v. 4, n. 1, p. 9-30, 2010.
- OLIVEIRA, J. P. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: pacificação, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Editora Contracapa, 2016.
- OLIVEIRA, R. C. **Urbanização e Tribalismo**: a integração dos índios Terêna numa sociedade de classes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- PEIRANO, M. Desterrados e exilados: antropologia no Brasil e na Índia. In: **Dilip Loundou & Michel Misse**. Diálogos tropicais Brasil e Índia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.
- RAUPP, L. et al. Condições de saneamento e desigualdades de cor/raça no Brasil urbano: uma análise com foco na população indígena com base no Censo Demográfico de 2010. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 20, n. 1, p. 1-15, 2017.
- REDFIELD, R. **The Primitive World and its Transformations**. Ithaca-N.Y.: Cornell University Press, 1953.
- SANTOS, R. V.; TEIXEIRA, P. O "indígena" que emerge do Censo Demográfico de 2010. **CSP**, v. 27, n. 6, p. 1048-1049, 2011.
- SIMONI, A. T.; DAGNINO, R. D. S. Dinâmica demográfica da população indígena em áreas urbanas: o caso da cidade de Altamira, Pará. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 33, n. 2, Brasília, p. 303-326, 2016.
- TEIXEIRA, P. Migração, urbanização e características da população indígena do Brasil através da análise dos dados censitários de 1991 e 2000. In: **III Congresso de la Asociacion Latinoamericana de Población**. Anais [...]. Córdoba, 2008.
- TEIXEIRA, P.; MAINBOURG, E.; BRASIL, M. Migração do povo indígena Sateré Mawé em dois contextos urbanos distintos na Amazônia. **Caderno CRH**, v. 22, n. 57, p. 531-546, 2009.
- WONG, L. L. R. Tendências da fecundidade dos povos indígenas nos Censos Demográficos brasileiros de 1991 a 2010. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 33, Brasília, p. 399-421, 2016.

Recebido em: 07/05/2019

Aprovado em: 13/06/2019